EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) N° 31/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 63/2026
DATA DA REALIZAÇÃO: 24/11/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: às 08:00 horas (horário de Brasília-DF)
LOCAL: Prefeitura do Município de Xambrê– Paraná, www.gov.br/compras

UASG: 987949

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE XAMBRÊ**, inscrito no CNPJ sob n.º 76.247.360/0001-54, através da Secretaria de Administração, sediado na Avenida Roque Gonzales, nº 480, na cidade de Xambrê- Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Décio Jardim, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO (ELETRÔNICO)**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO**, objetivando o **Registro de preços para aquisição parcelada de combustíveis para a frota municipal, incluindo abastecimento na SEDE e DISTRITO deste Município de Xambrê. Vigência: 12 (doze) meses conforme especificações descritas no Termo de Referência, parte integrante do presente edital.**

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ
24/11/2026 – 08:00hrs
Local da Sessão Pública: www.gov.br/compras
Contratação: 987949 - 18/2026

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, IN73/2022, Decreto Municipal n° 57/2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

É Agente de contratação, deste Município, **DIOGO BARBOSA DE SOUZA**, designada pela Portaria nº 63/2026, de 15 de junho de 2026, publicada no Diário Oficial do Município, Jornal Umuarama Ilustrado.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço **www.gov.br/compras .**

1.2. A abertura da sessão pública da PREGÃO (ELETRÔNICO) ocorrerá no site www.gov.br/compras , nos termos das condições descritas neste Edital.

1.3. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 horas do dia 24/11/2026.

1.4. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:00 horas do dia 24/11/2026

1.5. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do **MUNICÍPIO DE XAMBRÊ** - neste denominado Pregoeira(o), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica **www.gov.br/compras**

2. DO OBJETO E PRAZO DE ENTREGA

2.1. Constitui objeto deste **registro de preços para aquisição parcelada de combustíveis para a frota municipal, incluindo abastecimento na SEDE e DISTRITO deste Município de Xambrê, itens**

desertos/fracassados do pregão 20/2024. Vigência: 12 (doze) meses conforme especificações descritas no Termo de Referência

2.2. Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **www.gov.br/compras** e www.xambre.pr.gov.br

2.3. A licitação será dividida **ITEM**, conforme tabela do ANEXO I do edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos ITENS forem de seu interesse.

2.4. Em caso de **discordância** existente entre as especificações deste objeto descrito no **www.gov.br/compras** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as **CONTIDAS NO EDITAL.**

2.5. As entregas deverão ocorrer em **imediato**, na bomba de combustível dos fornecedores.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3.2 A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades não participantes da presente licitação obedecerá aos quantitativos estimados, prazos, limites e demais condições estabelecidas na minuta da Ata de Registro de Preços, constante do Anexo III deste Edital.

3.3 O objeto desta licitação será dividido em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

4. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1. receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

4.1.2. Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

4.1.3. Responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

4.1.4. verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

4.1.5. Analisar a aceitabilidade das propostas;

4.1.6. Desclassificar propostas indicando os motivos;

4.1.7. coordenar a sessão pública e o envio de lances;

4.1.8. verificar e julgar as condições de habilitação;

4.1.9. sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas

4.1.10. indicar o vencedor do certame;

4.1.11. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

4.1.12. Elaborar a ata da sessão;

4.1.13. encaminhar o processo devidamente instruído, após encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e homologação

5. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

5.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM UNITÁRIO**, observada às especificações técnicas constantes do **Anexo I** e demais condições definidas neste Edital.

5.2. Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO"** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

6.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do site **www.gov.br/compras**, em campo especifico.

6.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste PREGÃO (ELETRÔNICO) os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no **www.gov.br/compras**, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil

7.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

7.6. **NÃO poderão disputar esta licitação**:

7.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);

7.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou

que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

7.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

7.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

7.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.7. O impedimento de que trata o item 7.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.6.2. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.10. O disposto nos itens 7.6.2 e 7.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

7.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.12. A vedação de que trata o item 7.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar da PREGÃO (ELETRÔNICO) deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferível), obtidas junto ao **www.gov.br/compras.**

8.2. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer **PREGÃO (ELETRÔNICO)**, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do **www.gov.br/compras**, devidamente justificada.

8.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

8.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante, junto ao Sistema Eletrônico, implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao **PREGÃO (ELETRÔNICO)**.

8.5. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

8.5.1. Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento

9.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública

9.3. A Licitante deverá **CADASTRAR EM CAMPO PRÓPRIO DO www.gov.br/compras**, sua proposta devidamente preenchida, contendo a marca dos produtos cotados e preços, **vedada a identificação do proponente no sistema**, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do PREGÃO (ELETRÔNICO), sob pena de desclassificação.

9.4. **Os valores registrados na plataforma do www.gov.br/compras deverão considerar o valor para O ITEM, uma vez que as rodadas de lance serão realizadas nestes termos**.

9.5. A proposta deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seu(s) anexo(s). A não inserção da marca dos produtos neste campo implicará na **desclassificação** da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta. **Caso a proponente seja a fabricante do produto deverá constar no campo "marca" o termo "própria", para evitar a identificação da empresa.**

9.6. Ao cadastrar sua proposta na Plataforma do **www.gov.br/compras** a licitante deverá informar a MARCA E MODELO (quando houver) DO PRODUTO COTADO.

9.7. Os itens que forem da marca do licitante deverão preencher o campo MARCA com a expressão MARCA PRÓPRIA, PRÓPRIA ou expressão equivalente, para não possibilitar identificação conforme informado no item 9.3 deste edital.

9.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances

9.11. O envio da proposta ajustada, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 12 deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.12. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.13. Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o

direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.14. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, **descrevendo detalhadamente as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.**

9.15. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do PREGÃO (ELETRÔNICO).

9.16. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município **XAMBRÊ**-PR.

9.17. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO (ELETRÔNICO), ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.18. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

9.19. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.20. O licitante, quando do cadastramento da proposta inicial de preço, deverá verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate previsto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.21. **Na PROPOSTA AJUSTADA escrita, deverá conter:**

9.21.1. Especificação completa dos produtos oferecidos com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação e indicação das marcas/modelos, totalmente conforme descrito no **ANEXO I** deste Edital;

9.21.2. O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

9.21.3. Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

9.21.4. Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

9.22. O Envio da proposta ajustada dentro do prazo estipulado de 02 horas é obrigatório, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. No dia [Comentários],xx/xx/xxxx horário de Brasília-DF, A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública

10.3. Será desclassificada a proposta (eletrônica) que identifique o licitante.

10.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto

10.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

10.10. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.10.1. O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

10.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.12. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas

10.13. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.14. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01 (um centavo).**

10.15. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível

10.16. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato

10.17. Será adotado para o envio de lances no PREGÃO (ELETRÔNICO) o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

10.18. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado

10.19. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos** e, após isso, será

prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.20. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.21. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.22. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

10.22.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

10.22.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

10.23. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

10.23.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

10.23.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

10.24. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 11.22 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

10.25. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.26. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários

10.27. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores

10.28. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar

10.29. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.30. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva da PREGÃO (ELETRÔNICO), o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.31. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.32. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.33. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.34. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.35. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.36. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.37. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.38. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.38.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.38.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.38.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.38.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.39. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.39.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

10.39.2. empresas brasileiras

10.39.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.39.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.40. Persistindo o empate será realizado sorteio entre as licitantes, que deverá ser gravado e juntado ao processo.

10.41. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.42. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.43. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.44. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

10.45. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**.

10.45.1. Caso a proposta não seja enviada dentro do prazo solicitado, e não haja pedido de prorrogação de prazo, poderá a pregoeira, efetuar a DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA pelo não envio da documentação solicitada.

10.46. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.47. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 6.10 e 7.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros :

11.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

11.1.3. Consulta ao cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Publica – TCE/PR (https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx)

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 6.16 deste edital.

11.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.7.1. contiver vícios insanáveis;
11.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
11.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
11.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
11.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

11.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
11.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

11.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

11.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, Nível I ao VI.

12.2.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

12.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

12.6. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 11.16.4, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de "DOCUMENTOS COMPLEMENTARES" do sistema.

12.7. **A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos**

12.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

12.10. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

12.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação

12.12. **Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro**.

12.13. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

12.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.15. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.16. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para, (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

12.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.17.3. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

12.17.4. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.17.5. a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

12.17.6. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 13.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 13.11

12.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior

12.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

12.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento

12.23. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo;

12.23.1. Sendo a licitante matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome;

12.23.2. Sendo a licitante filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.23.3. Serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz,** como é o caso da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais.

12.24. A documentação exigida deverá ser obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.

12.25. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.26. Como se trata de PREGÃO (ELETRÔNICO), em que os documentos somente são apresentados em via eletrônica através de chave de acesso exclusivo, junto à plataforma, o pregoeiro ou sua equipe de apoio poderá fazer diligência para a verificação e constatação da autenticidade de documentos.

12.27. **As declarações deverão ser apresentadas assinadas pelo responsável da empresa ou por pessoa autorizada através de procuração. Serão aceitos documentos assinados digitalmente.**

12.27.1. **As empresas serão responsáveis pela veracidade dos documentos anexados na habilitação. Os documentos originais que forem escaneados para a apresentação no momento da habilitação serão aceitos pelo pregoeiro independentemente de reconhecimento de firma.**

12.27.2. Os documentos deverão ser apresentados, na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser em nome da licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física; Em nome da matriz, se o licitante for a matriz; Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.28. A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

12.28.1. No caso de empresário individual: inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.28.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

12.28.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.29. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

12.29.1. **Certidão negativa de pedido de FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL ou extrajudicial**, **EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA**, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO (ELETRÔNICO), se outro prazo não constar do documento.

12.30. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:

12.30.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, Cartão CPNJ** (atualizado);

12.30.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

12.30.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

12.30.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

12.30.5. Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**

12.30.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT),** nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

12.31. **OUTRAS COMPROVAÇÕES:**

12.31.1. DECLARAÇÕES UNIFICADAS (ANEXO III)

12.31.2. Comprovação de autorização vigente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, mediante documento ou consulta oficial que comprove a regularidade do estabelecimento.

12.31.3. Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros – CLCB, ou documento equivalente vigente, que contemple o estabelecimento e a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná;

12.31.4. Licença de Operação ou documento equivalente, vigente, expedido pelo órgão ambiental competente, contemplando a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

12.32. Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa ou por contador **ou** certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 120 (cento e vinte) dias a contar da data de emissão

12.33. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO ORIGINAL

13.1. A documentação constante no item 12, **CASO SOLICITADA**, deverão ser encaminhadas em original ou cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico, no seguinte endereço: **Prefeitura Municipal Xambrê, Avenida Roque Gonzales, 480, centro CEP: 87.535-000**. Aos cuidados do Departamento de Licitações e Contratos e a pregoeira responsável: DIOGO BARBOSA DE SOUZA. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do **PREGÃO (ELETRÔNICO)**.

13.2. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

13.3. Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

14. DOS RECURSOS

14.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua **intenção de recurso**.

14.1.1. A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso .

14.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.4.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.4.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.4.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico http://www.xambre.pr.gov.br/.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5. fraudar a licitação

15.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. advertência;

15.2.2. multa;

15.2.3. impedimento de licitar e contratar e

15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2. as peculiaridades do caso concreto

15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **07 (SETE) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6.3 e 15.1.7, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1, 15.1.1 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6.3 e 15.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1, 15.1.1 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada

vencedora, sendo-lhe adjudicado e homologado o objeto da licitação pela própria **AUTORIDADE COMPETENTE**.

17.1.1. Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

17.2. A Adjudicação e a homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da finalização da sessão pública.

17.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

17.3. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da proponente adjudicatária para assinar o Contrato, respeitada a validade de sua proposta, bem como a retirada na Divisão de Licitações e Contratos

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de até **20 (vinte) dias corridos**, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelos gestores do contrato, que deverá ser emitida após recebimento.

18.2. Para a liberação do pagamento, a futura contratada encaminhará nota fiscal eletrônica, acompanhada das seguintes certidões: (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, FEDERAL E MUNICIPAL) em validade para o pagamento.

18.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

18.4. O Município de**XAMBRÊ,** fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em Lei.

18.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

18.6. Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

19. DA MATRIZ DE RISCO

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas/Tratamento	Responsável
Atraso ou interrupção no fornecimento de combustível	Média	Alto	Alto	Acompanhar o fornecimento e exigir cumprimento das condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços.	Contratada / Fiscal
Fornecimento de combustível em desacordo com as especificações da ANP	Baixa	Alto	Médio	Exigir que os combustíveis atendam às especificações da ANP e realizar a conferência dos abastecimentos, recusando produtos em desconformidade.	Contratada / Fiscal

Variação ou alteração dos preços dos combustíveis durante a vigência da Ata	Média	Médio	Médio	Acompanhar os preços de mercado e aplicar os mecanismos de revisão/reequilíbrio previstos na legislação, quando cabíveis.	Administração
Falta de registro dos abastecimentos realizados	Baixa	Médio	Baixo	Exigir comprovante de cada abastecimento, contendo identificação do veículo/equipamento, quantidade, tipo de combustível, data e valor.	Contratada / Fiscal
Impossibilidade de abastecimento nos distritos	Média	Alto	Alto	Garantir que os fornecedores dos itens destinados aos distritos atendam às condições de localização e fornecimento estabelecidas no edital.	Contratada / Fiscal
Consumo superior ao estimado pela Administração	Média	Médio	Médio	Utilizar o Sistema de Registro de Preços, realizando os abastecimentos conforme a necessidade efetiva das Secretarias, sem garantia de consumo mínimo.	Administração

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE DE PREÇOS

20.1. DO REAJUSTE DE PREÇOS

20.1.1. Havendo comprovação de alteração de preço, o valor unitário, ou seja, por litro poderá ser reajustado utilizando pesquisa/tabela de preços da ANP como referência para comprovação da variação de mercado, incidindo sobre o valor inicial da ata de registro de preços, de acordo com a contingência de mercado. O mesmo percentual será aplicado para mais ou para menos, podendo a Administração, *de ofício*, aplicar o percentual de redução, quando for o caso.

20.1.2. O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

20.1.3. Da mesma forma, para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato para menos, a Administração deverá comprovar a queda dos preços através da tabela da ANP.

20.1.4. Da repactuação de preços: o pedido de repactuação dos preços registrados será respondido pela Administração no prazo de 15 dias corridos, contado do recebimento do pedido devidamente instruído com a documentação comprobatória. (art. 92, X, da Lei nº 14.133/2021).

20.2. DO VALOR MAXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.2.1. Valor máximo estimado da licitação é de R$ 4.566.600,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e seiscentos reais).

20.2.2. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente edital, correrão por conta da seguinte dotação:

– GABINETE DO PREFEITO — Despesa Principal nº 18

Dotação Orçamentária	02.01.02.061.1103.102

Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JURIDICAS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	927
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

02.01 – GABINETE DO PREFEITO — Despesa Principal nº 18

Dotação Orçamentária	02.01.02.061.1103.102
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JURIDICAS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2300
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

02.01 – GABINETE DO PREFEITO — Despesa Principal nº 26

Dotação Orçamentária	02.01.04.122.1101.101
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO SUPERIOR
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	926
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

02.01 – GABINETE DO PREFEITO — Despesa Principal nº 26

Dotação Orçamentária	02.01.04.122.1101.101
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO SUPERIOR
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2299
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

02.01 – GABINETE DO PREFEITO — Despesa Principal nº 33

Dotação Orçamentária	02.01.04.122.1102.103
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO

Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	928
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

02.01 – GABINETE DO PREFEITO — Despesa Principal nº 33

Dotação Orçamentária	02.01.04.122.1102.103
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2301
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

03.01 – DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO — Despesa Principal nº 39

Dotação Orçamentária	03.01.04.122.1104.104
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	929
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

03.01 – DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO — Despesa Principal nº 39

Dotação Orçamentária	03.01.04.122.1104.104
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2302
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

03.02 – DEPTO DE PESSOAL E RECURSOS HUMANOS — Despesa Principal nº 51

Dotação Orçamentária	03.02.04.128.1105.105
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE RECURSOS HUMANOS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL

Desdobramento	930
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

03.03 – DEPTO DE COMPRAS — Despesa Principal nº 59

Dotação Orçamentária	03.03.04.122.1106.106
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COMPRAS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	931
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

03.04 – DEPTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS E PATRIM — Despesa Principal nº 67

Dotação Orçamentária	03.04.04.122.1107.107
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LICITAÇÕES E CONTRATTOS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	932
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

03.04 – DEPTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS E PATRIM — Despesa Principal nº 73

Dotação Orçamentária	03.04.04.122.1107.108
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE DO PATRIMÔNIO
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	933
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

04.01 – DEPTO DE FINANÇAS — Despesa Principal nº 80

Dotação Orçamentária	04.01.04.121.1108.109
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	934

Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

04.01 – DEPTO DE FINANÇAS — Despesa Principal nº 86

Dotação Orçamentária	04.01.04.123.1108.110
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TESOURARIA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	935
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

04.01 – DEPTO DE FINANÇAS — Despesa Principal nº 97

Dotação Orçamentária	04.01.04.129.1108.112
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	936
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

04.02 – DEPTO DE CONTABILIDADE — Despesa Principal nº 108

Dotação Orçamentária	04.02.04.123.1109.111
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	937
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

05.01 – DEPTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA — Despesa Principal nº 117

Dotação Orçamentária	05.01.20.606.1110.115
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRICULTURA E PECUÁRIA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	938
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)

Combustível	ETANOL

05.01 – DEPTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA — Despesa Principal nº 117

Dotação Orçamentária	05.01.20.606.1110.115
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRICULTURA E PECUÁRIA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2304
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

05.02 – DEPTO DE MEIO AMBIENTE — Despesa Principal nº 126

Dotação Orçamentária	05.02.18.541.1111.116
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	939
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

05.02 – DEPTO DE MEIO AMBIENTE — Despesa Principal nº 126

Dotação Orçamentária	05.02.18.541.1111.116
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2305
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

06.01 – DEPTO DE OBRAS — Despesa Principal nº 136

Dotação Orçamentária	06.01.15.451.1112.117
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDDADES DE OBRAS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	2352
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	DIESEL

06.01 – DEPTO DE OBRAS — Despesa Principal nº 136

Dotação Orçamentária	06.01.15.451.1112.117
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDDADES DE OBRAS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	940
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

06.01 – DEPTO DE OBRAS — Despesa Principal nº 136

Dotação Orçamentária	06.01.15.451.1112.117
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDDADES DE OBRAS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2306
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

06.01 – DEPTO DE OBRAS — Despesa Principal nº 137

Dotação Orçamentária	06.01.15.451.1112.117
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDDADES DE OBRAS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	1275
Fonte de Recurso	504 – Royalties e outras compensações não
Combustível	DIESEL

06.01 – DEPTO DE OBRAS — Despesa Principal nº 137

Dotação Orçamentária	06.01.15.451.1112.117
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDDADES DE OBRAS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	941
Fonte de Recurso	504 – Royalties e outras compensações não
Combustível	ETANOL

06.01 – DEPTO DE OBRAS — Despesa Principal nº 137

Dotação Orçamentária	06.01.15.451.1112.117

Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDDADES DE OBRAS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	1274
Fonte de Recurso	504 – Royalties e outras compensações não
Combustível	GASOLINA

07.01 – DEPTO INDUSTR, COM, TURISMO E TRABALHO — Despesa Principal nº 153

Dotação Orçamentária	07.01.23.691.1113.119
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INDUSTRIA E COMÉRCIO
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	944
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

07.01 – DEPTO INDUSTR, COM, TURISMO E TRABALHO — Despesa Principal nº 153

Dotação Orçamentária	07.01.23.691.1113.119
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INDUSTRIA E COMÉRCIO
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2310
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 166

Dotação Orçamentária	08.01.10.301.1114.120
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	949
Fonte de Recurso	303 – Saúde Vinculado Sobre Receitas de I
Combustível	ETANOL

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 1448

Dotação Orçamentária	08.01.10.301.1114.120
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA

Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	1972
Fonte de Recurso	303 – Saúde Vinculado Sobre Receitas de I
Combustível	ETANOL

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 166

Dotação Orçamentária	08.01.10.301.1114.120
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2311
Fonte de Recurso	303 – Saúde Vinculado Sobre Receitas de I
Combustível	GASOLINA

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 1448

Dotação Orçamentária	08.01.10.301.1114.120
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	1733
Fonte de Recurso	303 – Saúde Vinculado Sobre Receitas de I
Combustível	GASOLINA

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 167

Dotação Orçamentária	08.01.10.301.1114.120
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	950
Fonte de Recurso	494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviç
Combustível	ETANOL

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 167

Dotação Orçamentária	08.01.10.301.1114.120
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA

Desdobramento	2312
Fonte de Recurso	494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviç
Combustível	GASOLINA

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 168

Dotação Orçamentária	08.01.10.301.1114.120
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	951
Fonte de Recurso	495 – Atenção Básica Estadual
Combustível	ETANOL

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 168

Dotação Orçamentária	08.01.10.301.1114.120
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2313
Fonte de Recurso	495 – Atenção Básica Estadual
Combustível	GASOLINA

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 191

Dotação Orçamentária	08.01.10.303.1114.039
Ação	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE - AÇÃO PROFILÁTICA E TERAPEUTICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	945
Fonte de Recurso	303 – Saúde Vinculado Sobre Receitas de I
Combustível	ETANOL

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 191

Dotação Orçamentária	08.01.10.303.1114.039
Ação	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE - AÇÃO PROFILÁTICA E TERAPEUTICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	1280

Fonte de Recurso	303 – Saúde Vinculado Sobre Receitas de I
Combustível	GASOLINA

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 192

Dotação Orçamentária	08.01.10.303.1114.039
Ação	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE - AÇÃO PROFILÁTICA E TERAPEUTICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	946
Fonte de Recurso	494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviç
Combustível	ETANOL

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 192

Dotação Orçamentária	08.01.10.303.1114.039
Ação	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE - AÇÃO PROFILÁTICA E TERAPEUTICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	1768
Fonte de Recurso	494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviç
Combustível	GASOLINA

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 193

Dotação Orçamentária	08.01.10.303.1114.039
Ação	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE - AÇÃO PROFILÁTICA E TERAPEUTICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	947
Fonte de Recurso	495 – Atenção Básica Estadual
Combustível	ETANOL

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 193

Dotação Orçamentária	08.01.10.303.1114.039
Ação	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE - AÇÃO PROFILÁTICA E TERAPEUTICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	1290
Fonte de Recurso	495 – Atenção Básica Estadual

Combustível	GASOLINA

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 198

Dotação Orçamentária	08.01.10.303.1114.139
Ação	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE - AÇÃO PROFILATICA E TERAPEUTICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	953
Fonte de Recurso	303 – Saúde Vinculado Sobre Receitas de I
Combustível	ETANOL

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 198

Dotação Orçamentária	08.01.10.303.1114.139
Ação	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE - AÇÃO PROFILATICA E TERAPEUTICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2315
Fonte de Recurso	303 – Saúde Vinculado Sobre Receitas de I
Combustível	GASOLINA

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 199

Dotação Orçamentária	08.01.10.303.1114.139
Ação	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE - AÇÃO PROFILATICA E TERAPEUTICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	954
Fonte de Recurso	494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviç
Combustível	ETANOL

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 199

Dotação Orçamentária	08.01.10.303.1114.139
Ação	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE - AÇÃO PROFILATICA E TERAPEUTICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2316
Fonte de Recurso	494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviç
Combustível	GASOLINA

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 200

Dotação Orçamentária	08.01.10.303.1114.139
Ação	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE - AÇÃO PROFILATICA E TERAPEUTICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	955
Fonte de Recurso	495 – Atenção Básica Estadual
Combustível	ETANOL

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE — Despesa Principal nº 200

Dotação Orçamentária	08.01.10.303.1114.139
Ação	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE SAUDE - AÇÃO PROFILATICA E TERAPEUTICA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2317
Fonte de Recurso	495 – Atenção Básica Estadual
Combustível	GASOLINA

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL — Despesa Principal nº 206

Dotação Orçamentária	09.01.08.241.1115.123
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	957
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL — Despesa Principal nº 206

Dotação Orçamentária	09.01.08.241.1115.123
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2319
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL — Despesa Principal nº 209

Dotação Orçamentária	09.01.08.244.1115.124

Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA MULHER
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	958
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL — Despesa Principal nº 209

Dotação Orçamentária	09.01.08.244.1115.124
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA MULHER
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2321
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL — Despesa Principal nº 221

Dotação Orçamentária	09.01.08.244.1115.125
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	959
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL — Despesa Principal nº 221

Dotação Orçamentária	09.01.08.244.1115.125
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2323
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

09.02 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE — Despesa Principal nº 243

Dotação Orçamentária	09.01.08.244.1115.125
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	963
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

09.02 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE — Despesa Principal nº 251

Dotação Orçamentária	09.01.08.244.1115.125
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	964
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

09.02 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE — Despesa Principal nº 243

Dotação Orçamentária	09.01.08.244.1115.125
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2332
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

09.02 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE — Despesa Principal nº 251

Dotação Orçamentária	09.01.08.244.1115.125
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2334
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

09.03 – DEPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL — Despesa Principal nº 259

Dotação Orçamentária	09.03.08.244.1117.126
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL

Desdobramento	965
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

09.03 – DEPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL — Despesa Principal nº 259

Dotação Orçamentária	09.03.08.244.1117.126
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2335
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 278

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	2367
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	DIESEL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 278

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	966
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 278

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2336

Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 10

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	10
Fonte de Recurso	103 – Educação
Combustível	DIESEL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 10

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	10
Fonte de Recurso	103 – Educação
Combustível	ETANOL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 10

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	10
Fonte de Recurso	103 – Educação
Combustível	GASOLINA

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 25

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	25
Fonte de Recurso	104 – Educação

Combustível	DIESEL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 25

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	25
Fonte de Recurso	104 – Educação
Combustível	ETANOL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 25

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	25
Fonte de Recurso	104 – Educação
Combustível	GASOLINA

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 282

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	1942
Fonte de Recurso	116 – Convênio Aquisição Transporte Escol
Combustível	DIESEL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 282

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	970
Fonte de Recurso	116 – Convênio Aquisição Transporte Escol
Combustível	ETANOL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 282

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2338
Fonte de Recurso	116 – Convênio Aquisição Transporte Escol
Combustível	GASOLINA

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 283

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	1286
Fonte de Recurso	123 – Convêrnio Transporte Escolar
Combustível	DIESEL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 283

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	971
Fonte de Recurso	123 – Convêrnio Transporte Escolar
Combustível	ETANOL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 283

Dotação Orçamentária	10.01.12.361.1118.127
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2027
Fonte de Recurso	123 – Convêrnio Transporte Escolar
Combustível	GASOLINA

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 10

Dotação Orçamentária	10.01.12.365.1118.129

Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	10
Fonte de Recurso	103 – Educação
Combustível	DIESEL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 10

Dotação Orçamentária	10.01.12.365.1118.129
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	10
Fonte de Recurso	103 – Educação
Combustível	ETANOL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 10

Dotação Orçamentária	10.01.12.365.1118.129
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	10
Fonte de Recurso	103 – Educação
Combustível	GASOLINA

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 25

Dotação Orçamentária	10.01.12.365.1118.129
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	25
Fonte de Recurso	104 – Educação
Combustível	DIESEL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 25

Dotação Orçamentária	10.01.12.365.1118.129
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE

Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	25
Fonte de Recurso	104 – Educação
Combustível	ETANOL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 25

Dotação Orçamentária	10.01.12.365.1118.129
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL CRECHE
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	25
Fonte de Recurso	104 – Educação
Combustível	GASOLINA

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 10

Dotação Orçamentária	10.01.12.365.1118.130
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EDUCAÇÃO INFANTIL PRE-ESCOLA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	10
Fonte de Recurso	103 – Educação
Combustível	DIESEL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 10

Dotação Orçamentária	10.01.12.365.1118.130
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EDUCAÇÃO INFANTIL PRE-ESCOLA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	10
Fonte de Recurso	103 – Educação
Combustível	ETANOL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 10

Dotação Orçamentária	10.01.12.365.1118.130
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EDUCAÇÃO INFANTIL PRE-ESCOLA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA

Desdobramento	10
Fonte de Recurso	103 – Educação
Combustível	GASOLINA

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 25

Dotação Orçamentária	10.01.12.365.1118.130
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EDUCAÇÃO INFANTIL PRE-ESCOLA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	25
Fonte de Recurso	104 – Educação
Combustível	DIESEL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 25

Dotação Orçamentária	10.01.12.365.1118.130
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EDUCAÇÃO INFANTIL PRE-ESCOLA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	25
Fonte de Recurso	104 – Educação
Combustível	ETANOL

10.01 – DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL — Despesa Principal nº 25

Dotação Orçamentária	10.01.12.365.1118.130
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES EDUCAÇÃO INFANTIL PRE-ESCOLA
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	25
Fonte de Recurso	104 – Educação
Combustível	GASOLINA

10.02 – DEPTO DO FUNDEB — Despesa Principal nº 30

Dotação Orçamentária	10.02.12.361.1119.132
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 30%
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	30

Fonte de Recurso	102 – Fundeb
Combustível	ETANOL

10.02 – DEPTO DO FUNDEB — Despesa Principal nº 30

Dotação Orçamentária	10.02.12.361.1119.132
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 30%
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	30
Fonte de Recurso	102 – Fundeb
Combustível	GASOLINA

11.01 – DEPTO DE ESPORTES — Despesa Principal nº 364

Dotação Orçamentária	11.01.27.812.1120.135
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	978
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

11.01 – DEPTO DE ESPORTES — Despesa Principal nº 364

Dotação Orçamentária	11.01.27.812.1120.135
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DO ESPORTE
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2347
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 384

Dotação Orçamentária	13.01.15.452.1123.137
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	2025
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)

Combustível	DIESEL

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 384

Dotação Orçamentária	13.01.15.452.1123.137
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	983
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 384

Dotação Orçamentária	13.01.15.452.1123.137
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2026
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 385

Dotação Orçamentária	13.01.15.452.1123.137
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	1277
Fonte de Recurso	510 – Taxas pelo Exercício do Poder de Po
Combustível	DIESEL

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 385

Dotação Orçamentária	13.01.15.452.1123.137
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	984
Fonte de Recurso	510 – Taxas pelo Exercício do Poder de Po
Combustível	ETANOL

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 385

Dotação Orçamentária	13.01.15.452.1123.137
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	1278
Fonte de Recurso	510 – Taxas pelo Exercício do Poder de Po
Combustível	GASOLINA

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 386

Dotação Orçamentária	13.01.15.452.1123.137
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	1365
Fonte de Recurso	511 – Taxas pela Prestação de Serviços
Combustível	DIESEL

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 386

Dotação Orçamentária	13.01.15.452.1123.137
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	985
Fonte de Recurso	511 – Taxas pela Prestação de Serviços
Combustível	ETANOL

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 386

Dotação Orçamentária	13.01.15.452.1123.137
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	1364
Fonte de Recurso	511 – Taxas pela Prestação de Serviços
Combustível	GASOLINA

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 398

Dotação Orçamentária	13.01.26.782.1123.118

Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	2376
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	DIESEL

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 398

Dotação Orçamentária	13.01.26.782.1123.118
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	979
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	ETANOL

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 398

Dotação Orçamentária	13.01.26.782.1123.118
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2349
Fonte de Recurso	000 – Recursos Ordinários (Livres)
Combustível	GASOLINA

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 399

Dotação Orçamentária	13.01.26.782.1123.118
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	2377
Fonte de Recurso	510 – Taxas pelo Exercício do Poder de Po
Combustível	DIESEL

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 399

Dotação Orçamentária	13.01.26.782.1123.118
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL

Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	980
Fonte de Recurso	510 – Taxas pelo Exercício do Poder de Po
Combustível	ETANOL

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 399

Dotação Orçamentária	13.01.26.782.1123.118
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA
Desdobramento	2350
Fonte de Recurso	510 – Taxas pelo Exercício do Poder de Po
Combustível	GASOLINA

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº

Dotação Orçamentária	13.01.26.782.1123.118
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.03.00 – DIESEL
Desdobramento	1737
Fonte de Recurso	511 – Taxas pela Prestação de Serviços
Combustível	DIESEL

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº 400

Dotação Orçamentária	13.01.26.782.1123.118
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.01.00 – ETANOL
Desdobramento	981
Fonte de Recurso	511 – Taxas pela Prestação de Serviços
Combustível	ETANOL

13.01 – DEPTO DE VIAÇÃO E SERV PUBLICOS — Despesa Principal nº

Dotação Orçamentária	13.01.26.782.1123.118
Ação	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL
Natureza da Despesa	3.3.90.30.01.02.00 – GASOLINA

Desdobramento	1772
Fonte de Recurso	511 – Taxas pela Prestação de Serviços
Combustível	GASOLINA

21. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA

21.1. As obrigações decorrentes deste **PREGÃO (ELETRÔNICO)** consubstanciar-se-ão no **TERMO DE CONTRATO/ATA**, cuja minuta consta como **Anexo IV** e deste Edital.

21.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Autoridade Superior, o licitante vencedor será convocado, para assinatura do Contrato.

21.3. O Contrato Administrativo **SERÁ** encaminhado através de correio eletrônico (e-mail), para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação.

21.4. A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal.

21.5. Para a assinatura do contrato, está deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, **na hipótese de nomeação de procurador**, e cédula de identidade do representante.

22. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

22.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de**XAMBRÊ** o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

22.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

22.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

22.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

22.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

22.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

22.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Xambrê.

23. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

23.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que

seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

24. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

24.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

24.3. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;

24.4. e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração

24.5. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços

24.6. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições

24.7. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços

24.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

24.9. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

25. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

25.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila

25.1.1. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

25.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar

de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

25.3. Fiscalização

25.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

25.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

25.5.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

25.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

25.6.1. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

25.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

25.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

25.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

25.10. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

25.11. **Gestor do Contrato:** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

25.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando,

se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

25.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

25.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

25.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

25.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

25.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município através do endereço eletrônico Publicações Legais - Jornal Ilustrado e no Portal de Transparência do Município http://www.xambre.pr.gov.br/.

26.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

26.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.

26.5. Será facultado à Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

26.6. A Pregoeira poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

26.7. **As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus**

decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

26.8. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

26.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

26.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de **XAMBRÊ**, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

26.11. A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de oficio ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.

26.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

26.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.xambre.pr.gov.br/, e na Prefeitura Municipal de**XAMBRÊ,** Departamento de Compras e Licitações, Av: Avenida Roque Gonzales, nº 480, centro, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26.14. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do PREGÃO (ELETRÔNICO), este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

26.15. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

26.16. A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

26.17. A pregoeira não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de **XAMBRÊ,** quanto do emissor.

26.18. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

26.19. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, AO PREGÃO (ELETRÔNICO) SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

26.20. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

26.21. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser

reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

26.22. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

26.23. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.24. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

26.25. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.26. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

26.27. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

26.28. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

26.29. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico http://www.xambre.pr.gov.br/.

26.30. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Xambrê – PR.

26.31. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.

26.32. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo De Referência – Especificações Técnicas E Condições De Fornecimento; Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
ANEXO II	Modelo Padrão De Proposta Comercial;
ANEXO III	Modelo De Declaração Unificada;
ANEXO IV	Termo De Minuta De Contrato.
ANEXO V	Minuta de Ata de Registro de Preços.

Xambrê, 09 de novembro DE 2026

Decio Jardim
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Em atenção ao disposto na Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações), vimos por meio desta requerer a abertura de Processo Licitatório, modalidade PREGÃO, nos termos a seguir elencados.

1. Órgão Solicitante

Secretária Municipal de Administração, Saúde, Viação e Serviços Públicos, Agricultura de Meio Ambiente, Educação e Esportes, Cultura, Obras, Assistência Social, Indústria e Comércio, e Fazenda.

2. Modalidade SRP (Sistema de Registro de Preços) ou Comum?

(X) **Sistema de Registro de Preços**
( ) **Contratação Comum**

3. Definição do Objeto

A Contratação de Fornecedores para suprir as necessidades de combustível automotivo para o município.

4. Especificação do(s) Serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	GASOLINA COMUM	LITRO	100.000	**R$ 6,43**	**R$ 643.000,00**
2	ÓLEO DIESEL COMUM	LITRO	180.000	**R$ 6,95**	**R$ 1.251.000,00**
3	ÓLEO DIESEL S-10	LITRO	120.000	**R$ 7,65**	**R$ 918.000,00**
4	ETANOL	LITRO	60.000	**R$ 3,88**	**R$ 232.800,00**
DISTRITOS					
5	ÓLEO DIESEL COMUM (distritos)	LITRO	140.000	**R$ 7,05**	**R$ 987.000,00**
6	ÓLEO DIESEL S-10 (distritos)	LITRO	70.000	**R$ 7,64**	**R$ 534.800,00**
				TOTAL:	**R$ R$ 4.566.600,00**

5. Da Fundamentação e Descrição da Necessidade

5.1. Identificação da demanda

A presente demanda estima-se a necessidade de aquisição de combustíveis para atendimento de todas as demandas de transporte do município.

5.2. Justificativa da necessidade da contratação

A referida contratação se justifica pela necessidade de se manter o fornecimento de combustível para o abastecimento dos veículos pertencentes à frota municipal.

Justifica-se a necessidade de abastecimento na SEDE deste município, bem como nos DISTRITOS, neste caso exclusivamente quanto ao óleo diesel (comum e S-10), tendo em vista que veículos pesados e maquinários vão prestar serviços nessas localidades, tornando inviável seu retorno à sede por conta de abastecimento, o que causaria grande prejuízo à Administração Pública, devendo considerar-se ainda a perda de hora-máquina e o desgaste de cada equipamento.

Incluem-se nos itens destinados aos distritos (itens 5 e 6) veículos pesados e maquinários movidos a óleo diesel, como pá carregadeira, motoniveladora e retroescavadeira, entre outros, que muitas vezes permanecem prestando serviços por mais de um dia naquelas localidades. Os combustíveis normalmente utilizados por veículos leves (gasolina comum e etanol) não integram os itens dos distritos, devendo o abastecimento desses veículos ocorrer na sede (itens 1 e 4).

Conforme o Relatório Complementar da Secretaria Municipal de Viação e Serviços Públicos, de 04/11/2026 (anexo), as equipes atuam de forma habitual nos distritos de Eliza, Casa Branca e Pindorama, por cerca de uma semana por mês em cada um, com os equipamentos definidos conforme a natureza de cada serviço (caminhões, motoniveladoras, retroescavadeiras, pás-carregadeiras, escavadeiras, entre outros). O relatório informa ainda que o Município não dispõe de caminhão-prancha próprio, de modo que, no caso de máquinas pesadas sem condições adequadas de deslocamento autônomo, o retorno à sede apenas para abastecimento poderia exigir transporte especializado, com custo adicional.

Vale destacar a distância em quilômetros até cada distrito:

Sede Município Xambrê – Distrito de Casa Branca = 11,6km

Sede Município de Xambrê – Distrito de Eliza = 15,7km

Sede Município de Xambrê ao Distrito de Pindorama = 27,5km

Os itens foram reunidos em um único processo licitatório a fim de otimizar os serviços de elaboração do processo e de obter maior economicidade na contratação, sem prejuízo da competitividade, uma vez que o julgamento e a adjudicação serão realizados por item (art. 40, V, “b”, e § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e Súmula 247 do TCU).

Da vantagem do abastecimento nos distritos: o diferencial de preço entre os itens dos distritos e os correspondentes da sede, calculado sobre as quantidades estimadas, é de R$ 13.300,00 por ano (item 5: R$ 0,10 por litro × 140.000 litros = R$ 14.000,00; item 6: R$ −0,01 por litro × 70.000 litros = −R$ 700,00), o que equivale a cerca de R$ 1.108,33 por mês e a 0,87% do valor estimado dos itens 5 e 6. Esse diferencial é confrontado com o custo do deslocamento evitado (combustível, horas de trabalho de operadores e máquinas, desgaste dos equipamentos e, quando aplicável, transporte especializado de máquinas pesadas).

Do quantitativo: os quantitativos dos itens 5 e 6 foram estimados com base na rotina operacional informada pela Secretaria de Viação e Serviços Públicos (cerca de uma semana de trabalho por mês em cada distrito) e no consumo de óleo diesel do Município. Como não há registro individualizado do consumo por local, a quantidade registrada é máxima por item, e o controle de abastecimento previsto no item 10 permitirá aferir o consumo real por local ao longo da vigência, evitando o esgotamento de um item enquanto outro apresenta saldo e subsidiando as próximas contratações.

6. Descrição da Solução

O fornecimento de combustível se torna mais vantajoso com a aquisição dos itens diretamente de fornecedores especializados e em maior quantidade garantindo ampla concorrência e menor preço, com isso uma economia de escala.

7. Da Estimativa de Valor

Os preços dos combustíveis da tabela foram baseados na pesquisa de preços de combustíveis da região e sites como ANP, tendo a pesquisa sido atualizada e os valores da ANP coletados em 27/09 a 03/10/2026.
O custo estimado total da contratação é de R$ 4.566.600,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e seis mil e seiscentos reais) conforme custos unitários apresentados na planilha em anexo (MAPA DE PREÇOS).

Os itens dos distritos (5 e 6) possuem valor de referência próprio, distinto do dos itens correspondentes da sede, com amparo no art. 82, III, “a” e “d”, da Lei nº 14.133/2021, por serem entregues em local diferente, conforme pesquisa de preços constante do Mapa de Preços. A vantagem econômica do abastecimento nos distritos está tratada no item 5.2. O preço a ser pago será o registrado na ata para cada item.

8. Da Adequação Orçamentária

As informações orçamentárias serão informadas de maneira separada pelo departamento de contabilidade.

9. Dos Prazos de Vigência

O prazo de vigência da ata de registro de preços deverá ser de 12 meses, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, a critério da administração.

10. Critérios de Medição e/ou de Pagamento

O recebimento do objeto será realizado mediante o abastecimento dos veículos e máquinas da Administração, sendo o fornecimento comprovado por documento ou comprovante de abastecimento, contendo, no mínimo, a identificação do veículo ou equipamento, a quantidade de combustível fornecida, o tipo de combustível, a data do abastecimento e o valor correspondente.
A fiscalização do fornecimento será realizada pelo fiscal designado, que verificará a conformidade dos abastecimentos realizados com as solicitações e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.
Do controle do abastecimento: o abastecimento será controlado mediante registro, por veículo ou equipamento, do local do abastecimento (sede ou distrito), da data, do tipo e da quantidade de combustível e do horímetro ou odômetro, a ser conferido pelo fiscal do contrato com as notas

fiscais e comprovantes de abastecimento. Como atualmente não há registro consolidado de deslocamentos e abastecimentos por local, esse controle deverá ser implantado desde o início da vigência da ata.
Do critério de abastecimento por local: o abastecimento nos distritos (itens 5 e 6) destina-se ao óleo diesel de veículos pesados e maquinários que estejam prestando serviços nas localidades dos distritos ou nelas sediados; os demais abastecimentos serão realizados na sede (itens 1 a 4).
O saldo de cada item será acompanhado individualmente pelo fiscal, de modo a evitar o esgotamento de um item enquanto outro apresenta saldo.
Os pagamentos serão efetuados em até 20 (vinte) dias úteis após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável, mediante a verificação da regularidade da contratada e apresentação dos seguintes documentos, quando exigíveis:

a) Certificado de Regularidade do FGTS;
b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
d) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
e) Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual.

11. Da Existência de Licitação Anterior

Informamos que já foi realizada licitação com estes itens para os mesmos fins nos anos anteriores.

12. Da Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor

12.1. Da Forma de Seleção

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO
Os itens 1 a 4 destinam-se ao abastecimento na sede do Município e os itens 5 e 6 ao abastecimento nos distritos. Para os itens 5 e 6, poderão participar apenas licitantes que possuam posto ou unidade de abastecimento instalado em um dos distritos do Município, com fornecimento realizado diretamente na bomba do fornecedor, em razão da necessidade de evitar o deslocamento de veículos pesados e maquinários até a sede, conforme justificado no item 5.2 deste Termo de Referência. Para esses itens, a autorização da ANP, o licenciamento do Corpo de Bombeiros e a licença de operação exigidos neste item deverão referir-se ao estabelecimento localizado no distrito.

12.2 Dos Critérios de Seleção

12.3 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO JURIDICA** consistirá em:

12.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no **Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

12.3.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.4 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

12.4.1 Certidão negativa de pedido de FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL ou extrajudicial, **EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA**, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 120 (cento e vinte) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

12.5. A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA** consistirá em:

12.5.1 Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, Cartão CPNJ** (atualizado);

12.5.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;

12.5.2 Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

12.5.3 Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

12.5.4 Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);**

12.5.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

12.6 - OUTRAS COMPROVAÇÕES:

12.6.1 DECLARAÇÃO UNIFICADA

12.6.2 Comprovação de autorização vigente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, mediante documento ou consulta oficial que comprove a regularidade do estabelecimento.

12.6.3 Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros – CLCB, ou documento equivalente vigente, que contemple o estabelecimento e a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná;

12.6.4 Licença de Operação ou documento equivalente, vigente, expedido pelo órgão ambiental competente, contemplando a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

13. Da Gestão e Fiscalização do Contrato

Exemplo:

13.1. Da Gestão do Contrato

A gestão do Contrato será atribuída ao servidores: Edson Botelho - Secretário Municipal de Administração, Fernanda Pereira Custódio - Secretária da Saúde, Joel Ferreira de Queiroz - Secretário de Viação e Serviços Públicos, Marcos Antônio Ferreira - Secretário de Agricultura, e Pecuária, Rosicléia Cecilia Ferreira - Secretária de Educação e Esportes, Davi Coqueiro - Secretário de Obras, Adriana Garz Rodrigues - Secretária de Assistência Social.

13.2. Da Fiscalização do Contrato

A Fiscalização do Contrato será atribuída ao Servidor Rubens Soares dos Santos, Lotação: Secretaria de Viação e Serviços Públicos.

14. Dos Requisitos da Contratação:

a) A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Fornecer os combustíveis em conformidade com as especificações estabelecidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, observando os padrões de qualidade e as normas vigentes;
Fornecer somente combustíveis de procedência regular e dentro das especificações exigidas pela ANP, não sendo admitido produto adulterado ou em desconformidade com as normas aplicáveis;
Comunicar imediatamente eventuais atrasos ou impossibilidade de abastecimento, fundamentando justificadamente e documentalmente seus motivos, para posterior análise da CONTRATANTE;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique durante a execução do objeto contratual;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante;
Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, o combustível ou fornecimento que apresentar desconformidade com as especificações estabelecidas, quando constatada irregularidade de sua responsabilidade;
Manter durante toda a execução do contrato todas as condições exigidas para a habilitação ou para a qualificação, nos termos do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
No ato do pagamento, a Contratada deverá apresentar, quando exigível, as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista com prazo de validade vigente, conforme estabelecido neste Termo de Referência;
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

15. Justificativa para o Parcelamento ou Não do Objeto

Haverá parcelamento, pois a licitação será por item, com julgamento e adjudicação por item (Súmula 247 do TCU), sendo os itens 1 a 4 destinados à sede e os itens 5 e 6 aos distritos.

16. Da Participação Exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (MPE)

Considerando os valores estimados individualmente para os itens desta contratação, verifica-se que nenhum deles possui valor estimado igual ou inferior a R$ 80.000,00, razão pela qual não se aplica a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

Ressalva-se a aplicação dos demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, quando cabíveis, observadas as condições estabelecidas na legislação.

17. Da Necessidade de Reserva de Cota

Não há.

Não será aplicada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para ME/EPP prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006, com fundamento no art. 49, II, da mesma Lei, por não existirem, local ou regionalmente, ao menos 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP capazes de cumprir as exigências deste Termo de Referência. No Município há apenas 2 (dois) postos de combustíveis na sede e 1 (um) no distrito onde somente 02 deles são ME/EPP.

18. Da Declaração de que o Objeto Demandado Não se Enquadra como Artigo De Luxo

Em atendimento ao disposto no **art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como o **Decreto Municipal n° 02**/2024, declaramos que os itens a serem adquiridos não compreendem artigos de luxo. Logo, reafirmamos que os itens do objeto em questão são de qualidade comum e não superior à necessária finalidade à qual se destina.

19. Da Declaração de bem comum

Declaro que o objeto a ser licitado, trata-se de bem comum, conforme o Art. 1º da lei 10.520/02 transcrito abaixo:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

20. Do Modelo de Execução do Objeto

O prazo de fornecimento dos produtos será imediato, diretamente na bomba do fornecedor.

A aquisição será realizada de forma parcelada.

Não haverá faturamento mínimo para os pedidos.

Deverá apresentar comprovante de registro junto a ANP - Agência Nacional do Petróleo;

O combustível fornecido pela empresa contratada deverá estar dentro das especificações estabelecidas e definidas pela ANP (Agência Nacional do Petróleo), não sendo tolerado nenhum produto alterado e/ou adulterado, estando os mesmos sujeitos a não aceitação pela contratante, a qual caberá direito de recusa, caso os mesmos não estejam de acordo com o especificado;

Laudo de inspeção do Corpo de Bombeiro vigente;

Licença vigente emitida pela Vigilância Sanitária do Município sede da empresa;

Deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor;

Deverá utilizar mão de obra especializada em cumprimento às normas técnicas que regem o mercado de fornecimento de combustíveis, fornecendo a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, exigidos pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho – SSMT do MTE, bem como cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;

Manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

21. Do Modelo de Gestão do Contrato

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

21.1 Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

21.2 Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Da repactuação de preços: o pedido de repactuação dos preços registrados será respondido pela Administração no prazo de **15 dias corridos**, **contado do recebimento do pedido devidamente instruído com a documentação comprobatória.** (art. 92, X, da Lei nº 14.133/2021).

,

ANEXO – II

PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 31/2026

MODELO DE PROPOSTA AJUSTADA
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de PREGÃO (ELETRÔNICO) nº 31/2026 em epigrafe que tem por objeto a Registro de preços para aquisição parcelada de combustíveis para a frota municipal, incluindo abastecimento na SEDE e DISTRITO deste Município de Xambrê., em atendimento as Secretarias e Departamentos do Município, conforme segue:

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total
1	xx	xx	xx	xx	R$	R$

Informar Valor total R$...

1) Prazo de validade da proposta de ____ (mínimo de 60 sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.
2) Garantimos que os produtos serão substituídos, sem ônus para a entidade de licitação, caso não estejam de acordo às especificações e padrões exigidos.
3) Garantia mínima dos produtos acima descritos é de 12 meses.
4) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.
5) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis pagamentos:
   Banco:_____
   Agencia:_____
   Conta Corrente:_____

Razão Social da Empresa Licitante:
CNPJ:
Endereço:
Telefone/fax:

Caso seja a empresa vencedora os pagamentos, vão ser depositados, na conta informada.

Local, (data)

_____

ANEXO – III

PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 31/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado da licitante)

Á pregoeira e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de **XAMBRÊ,** Estado do Paraná
PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 31/2026
Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, e que no ano-calendário de realização da desta licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. (*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.)

1) Declara que CUMPRE todos os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias do PREGÃO (ELETRÔNICO) n° **31/2026** do Município de **XAMBRÊ,** -PR.

2) Declara que está plenamente capacitado a efetuar o fornecimento dos produtos licitados, referente ao PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº **31/2026**, nas quantidades e nos prazos previstos e que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos

3) Declara que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no PREGÃO (ELETRÔNICO) n° **31/2026** do Município de **XAMBRÊ,**-PR, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes.

4) Declara atende aos requisitos de habilitação, e o que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021)

5) Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição

6) Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal

7) Declara que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

8) Declara, para os fins que a empresa **não foi declarada inidônea por nenhum órgão público** de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

9) Declara que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores

10) DECLARO, para os devidos fins, que seu (s) sócio(s), dirigente(s), administradores, bem como as demais pessoas que compõem seu quadro técnico ou societário não é(são) funcionário(s) e não possui (em) relação familiar ou de parentesco em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau inclusive, com o Prefeito, Vice-Prefeito ou ainda, de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, chefia ou assessoramento no âmbito do Município de Xambrê, bem como de servidor público com nomeação ou designação recíproca em outro órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.

11) DECLARO, igualmente, ter ciência da obrigatoriedade de informar sobre alterações na relação familiar ou de parentesco de seu (s) sócio(s), dirigente(s), administradores, bem como as demais pessoas que compõem seu quadro técnico ou societário durante a vigência do contrato;.

12) Declara que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

13) Declara que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009

14) Declara, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Contrato/ATA.**

15) Declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste Contrato/ATA nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente Contrato/ATA, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma

16) Declara, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato/ATA** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

17) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

18) Comprometo-me a manter durante a execução do Contrato/ATA, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

....., ..., ... de 20xx
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

ANEXO – IV
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 31/2026

MUNICÍPIO DE XAMBRÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV/Rua XXXXX, nº XXX, na cidade de XXXXX, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º XXXXXXX, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o SR **XXXXXXX**, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado, na cidade de XXXXXX Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º XXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, **----------.,** Pessoa jurídica de direito privado, situada à ----------,--------, na cidade de ----------, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º ----------, e no ICMS sob o nº -------, neste ato representada por seu sócio Administrador: ----------, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º --------, inscrito no CPF/MF sob n.º ----------, residente e domiciliado à --------, -----, na cidade de ----------, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do* PREGÃO (ELETRÔNICO) **Nº 31/2026** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é **Registro de preços para aquisição parcelada de combustíveis para a frota municipal, incluindo abastecimento na SEDE e DISTRITO deste Município de Xambrê.**

1.2 Objeto da contratação:

Item	Descrição dos Produtos	Und.	Qnt.	MARCA	Valor Unt (R$)	Valor Total (R$)

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;
1.3.2 O Edital da Licitação;
1.3.3 A Proposta do contratado
1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados

2. DO FORNECIMENTO

2.1. O Fornecimento dar-se-á sob a forma PARCIAL, de acordo com a necessidade da SECRETARIA DEMANDANTE, de forma imediata, diretamente na bomba do fornecedor. Sendo somente pagos os valores relativos ao fornecimento dos produtos efetivamente entregues

2.2. NÃO HÁ FATURAMENTO MINIMO PARA PEDIDOS.

3. DA VIGÊNCIA:

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021;

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo,

quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento

4. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

6. DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

6.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento objeto da presente contratação, o valor TOTAL de R$ ... (...).

6.2. O pagamento será efetuado na forma de crédito em conta corrente da licitante vencedora no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da certificação da nota fiscal eletrônica pelos gestores do contrato, que deverá ser emitida após recebimento.

6.3. O CONTRATANTE não se responsabilizará por despesa que venha ser efetuada pela CONTRATADA que não tenha sido expressamente acordada no presente contrato.

6.4. Para a liberação do pagamento, a CONTRATADA encaminhará nota fiscal eletrônica ao setor de contabilidade, acompanhada das seguintes certidões:

6.4.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federal

6.4.2. Prova de regularidade relativa à seguridade social comprovando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei - CRS (FGTS).

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.6. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

6.7. O valor constante no item 6.1 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Havendo comprovação de alteração de preço, o valor unitário, ou seja, por litro poderá ser reajustado utilizando o Índice Oficial do Governo Federal, através da ANP (Agência Nacional de Petróleo), incidindo sobre o valor inicial da ata de registro de preços, de acordo com a contingência de mercado. O mesmo percentual será aplicado para mais ou para menos, podendo a Administração, *de ofício*, aplicar o percentual de redução, quando for o caso.

O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

7.2 Da mesma forma, em caso de redução dos preços, em atenção ao princípio da boa-fé, é dever do CONTRATADO a informação da alteração de preços para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias, havendo a possibilidade da CONTRATANTE instaurar, de ofício, pedido de reequilíbrio econômico, no qual deverá comprovar a queda dos preços e notificar a empresa se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

8. DA MATRIZ DE RISCO:

Risco	Consequência	Responsável
Variação extraordinária e imprevisível dos preços dos combustíveis, ou previsível de consequências incalculáveis	Possível impacto significativo nos custos de fornecimento, podendo ensejar análise de eventual reequilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação	Compartilhado
Redução significativa dos preços de mercado dos combustíveis	Necessidade de adequação dos preços contratados aos preços de mercado, quando cabível	Contratada
Alterações tributárias que incidam diretamente sobre os combustíveis	Aumento ou redução dos custos de fornecimento	Compartilhado
Falta de combustível decorrente de falhas de estoque ou de gestão da CONTRATADA	Interrupção ou atraso no fornecimento	Contratada
Interdição ou suspensão das atividades do estabelecimento da CONTRATADA por irregularidades de sua responsabilidade	Impossibilidade de fornecimento	Contratada
Alterações supervenientes nas normas ou regulamentações dos órgãos competentes que afetem diretamente o fornecimento	Necessidade de adequação dos procedimentos ou dos custos para manutenção do fornecimento	Compartilhado
Fornecimento de combustível em desconformidade com as especificações ou padrões de qualidade exigidos	Prejuízos aos veículos e equipamentos do Município, necessidade de substituição do produto e eventual aplicação de sanções	Contratada
Falha ou indisponibilidade dos equipamentos de abastecimento	Impossibilidade ou atraso no abastecimento dos veículos	Contratada
Ocorrência de eventos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, alheios à vontade das partes	Impacto na execução contratual	Compartilhado, mediante análise do caso concreto

9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

9.1. Os pagamentos decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos das dotações orçamentárias desta Prefeitura, próprios da secretaria abaixo listada, prevista para este exercício, podendo ser alterados mediante termo aditivo de acréscimo de dotação orçamentaria. Sendo:

ÓRGÃO	UNIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	PROJETO ATIVIDADE	DESPESA REDUZIDO

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

10.1. São obrigações da **CONTRATANTE**, além das previstas neste Contrato, decorrentes da natureza do ajuste, as seguintes (art. 92, X, XI e XIV):

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.9.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*.

10.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. São obrigações da **CONTRATADO**, além das previstas neste Contrato, decorrentes da natureza do ajuste, as seguintes (art. 92, XIV, XVI e XVII):

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como

por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.2.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.2.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.2.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.2.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.2.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.2.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. A fiscalização do fornecimento do objeto contratual se dará de forma ampla e irrestrita, competindo ao gestor e ao fiscal do contrato o seu exercício.

11.2. **Caberá ao GESTOR do contrato**, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste Contrato e ainda:

11.2.1. Propor ao departamento competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

11.2.2. Receber do fiscal as informações e documentos pertinentes ao fornecimento do objeto contratado,

11.2.3. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

11.2.4. Promover o adequado encaminhamento, à unidade competente, das ocorrências contratuais constatadas ou registradas pelo fiscal para fins de aplicação de penalidades e demais medidas pertinentes;

11.2.5. Manter controles adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, com base nas informações e relatórios apresentados pelo fiscal;

11.2.6. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.

11.2.7. Para efeitos, os gestores do contrato serão xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

11.3. **Caberá ao FISCAL do contrato**, o acompanhamento do fornecimento do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato às ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

11.3.1. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

11.3.2. Acompanhar e fiscalizar, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua entrega e de tudo dar ciência à CONTRATADA, para o fiel fornecimento durante toda a vigência do Contrato;

11.3.3. Sustar, recusar, qualquer produto que esteja em desacordo com as especificações constantes no anexo I, determinando a substituição do produto em desconformidade com o solicitado;

11.3.4. Exigir o cumprimento de todo fornecimento dos itens constante no Anexo I, do Edital, da proposta da CONTRATADA e das cláusulas deste contrato;

11.4. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes do fornecimento inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da CONTRATANTE ou do servidor designado para a fiscalização.

11.5. Para efeitos, os fiscais do contrato serão xxxxxxxxxxxxxx,.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART.92,XIV):

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- **a.** der causa à inexecução parcial do contrato;
- **b.** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- **c.** der causa à inexecução total do contrato;
- **d.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- **e.** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- **f.** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- **g.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- **i.** **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **ii.** **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **iii.** **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **iv.** **Multa:**
  - **1.** moratória de 1,0 (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
    - **i.** *O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
  - **2.** compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *07 (sete)* dias, a contar da data do recebimento

da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

12.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART.92, XIX):

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com

menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, na Lei nº 8.078, de 11.09.1990 – Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil Brasileiro, no Código Comercial Brasileiro e em outros referentes ao objeto, ainda que não explicitadas.

15. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:

15.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de **XAMBRÊ,** o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

15.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

15.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

15.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

15.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

15.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

15.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de **XAMBRÊ**.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste

contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma

17. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

17.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

17.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1. Ao presente contrato se aplicam as seguintes disposições gerais:

18.1.1. A CONTRATADA não poderá ceder a terceiros as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE.

18.1.2. Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre o fornecimento objeto deste Contrato

18.1.3. A abstenção por parte do MUNICÍPIO da utilização de qualquer direitos ou faculdade que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

18.1.4. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. DAS ALTERAÇÕES:

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

20. DA SUCESSÃO E DO FORO:

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Xambrê para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Xambrê - PR, ... de ... de 2026.

Prefeito Municipal
Sócio Administrador

Testemunhas:

1.

2.

*** Se necessário a presente minuta será alterada para eventual adequação a legislação vigente.**
o vigente.

ANEXO V – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

A Prefeitura Municipal de Xambrê, com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição parcelada de combustíveis para a frota municipal, incluindo abastecimento na SEDE e DISTRITO deste Município de Xambrê. Vigência: 12 (doze) meses**.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Máxima a ser cotada	Quantidade Mínima a ser cotada	Valor unitário	Valor Total

2.2 Consideram-se quantidades mínimas a serem cotadas as quantidades parciais, inferiores à demanda na licitação, apresentadas pelos licitantes em suas propostas com vistas à ampliação da competitividade e à preservação da economia de escala.
2.3 Caso o licitante opte por oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, o mesmo obriga-se nos limites da mesma.

2.4 É vedado ao Município de Xambrê a participação em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata firmada, salvo me caso de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

2.5. As entregas deverão ocorrer em imediato, na bomba de combustível dos fornecedores.

2.6. A aquisição será realizada de forma parcelada. Não haverá faturamento mínimo para os pedidos.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta.

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Da repactuação de preços: o pedido de repactuação dos preços registrados será respondido pela Administração no prazo de 15 dias corridos, contado do recebimento do pedido devidamente instruído com a documentação comprobatória. (art. 92, X, da Lei nº 14.133/2021). Havendo comprovação de alteração de preço, o valor unitário, ou seja, por litro poderá ser reajustado utilizando pesquisa/tabela de preços da ANP como referência para comprovação da variação de mercado incidindo sobre o valor inicial da ata de registro de preços, de acordo com a contingência de mercado. O mesmo percentual será aplicado para mais ou para menos, podendo a Administração, de ofício, aplicar o percentual de redução, quando for o caso.

5.2. O novo preço só terá validade após parecer jurídico e não terá efeito retroativo.

5.3. Da mesma forma, em caso de redução dos preços, em atenção ao princípio da boa-fé, é dever do CONTRATADO a informação da alteração de preços para a realização de reequilíbrio econômico do Contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias, havendo a possibilidade da CONTRATANTE instaurar, de ofício, pedido de reequilíbrio econômico, no qual deverá comprovar a queda dos preços e notificar a empresa se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

5.4. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.4.2.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.4.2.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador